

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Art. 477-A e 477-B da CLT.

O art. 477- A da CLT fala da possibilidade de **dispensas plúrimas** ou **dispensas coletivas**.

Dispensas plúrimas são dispensas que atinge um número grande de empregados.

Para que seja dada validade a dispensas coletivas que haja uma prévia autorização do sindicato ou celebração de acordo ou convenção coletiva.

As dispensas plúrimas **não mais necessitam de prévia negociação coletiva**, nem de **autorização sindical**, para sua efetivação.

Há uma equiparação entre dispensas individuais e dispensas coletivas, não havendo mais a necessidade de prévia autorização sindical ou previsão em acordo ou convenção coletiva para sua efetivação.

O art. 477-B da CLT trata dos planos de demissão voluntária ou incentivada, chamados de PDV ou PDI.

O objetivo é incentivar uma rescisão contratual.

Em que pese não seja propriamente um pedido de demissão, isso faz com que a empresa tenha uma redução nos seus custos.

Para parcela da doutrina, se exige a motivação, ainda que não houvesse um impedimento de dispensa, para que a dispensa acontecesse.

O PDV parte da iniciativa do trabalhador. Apesar de ser um pedido de demissão, para fins de rescisão se equipara a uma dispensa sem justa causa. E normalmente, a empresa paga uma indenização.

O mais comum de acontecer é a seguinte previsão: haverá o pagamento de um salário para cada ano trabalhado.

Art. 477-A.

As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

O plano de demissão voluntária previsto em acordo ou convenção coletiva enseja a quitação plena e irrevogável de todos os direitos decorrentes do contrato de trabalho.

A adesão ao PDV concede quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes do contrato de trabalho, salvo disposição pactuada entre as partes, ou seja, aderiu ao PDV, cumpriu os requisitos e critérios, assinou, isso significa que os valores que o empregado recebe a título de verba rescisória e consequente indenização prevista no plano, faz com que ele dê quitação geral ao extinto contrato de trabalho, a não ser que no próprio plano tenha previsão em sentido contrário.

No entanto, para que isso possa acontecer o PDV tem que ter previsão em acordo ou convenção coletiva. Uma mera previsão de PDV ou PDI no regulamento interno da empresa não gera a quitação geral. A consequência de quitação geral necessariamente depende de previsão do PDV ou PDI em acordo ou convenção coletiva.